



Os impactos da atual recessão econômica na mobilidade de renda dos domicílios gaúchos

Deteriorações no nível de emprego e no salário real das famílias são constatações amplamente observadas em períodos de recessão econômica. No entanto, os efeitos distributivos que decorrem desse processo, além de difíceis de aferir, não obedecem a um padrão. Quais classes econômicas são mais afetadas pela atual crise? Como se dá a dinâmica de transição dos domicílios gaúchos entre distintas faixas de poder aquisitivo?

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que a renda real média dos trabalhadores gaúchos recuou 2,5% em 2015. Combinada com o aumento da taxa de desocupação, que já atinge 6,5%, a atual conjuntura impôs — e permanece impondo — uma mudança significativa na trajetória de crescimento do poder aquisitivo das famílias. Esse efeito absoluto, entretanto, não revela como diferentes grupos de renda são afetados pela crise, ou seja, quais são os impactos relativos advindos da atual recessão.

Para analisar esse segundo efeito, os domicílios gaúchos foram classificados em três classes econômicas (baixa, média e alta), conforme as definições da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República. Essa estratificação foi originalmente definida pelo Banco Mundial e se apoia no conceito de vulnerabilidade econômica, medida pela probabilidade de um dado domicílio permanecer na condição de pobreza ou retornar a ela nos anos seguintes. Essas faixas de renda, assim como a renda domiciliar extraída dos microdados da PNAD Contínua, foram atualizadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Porto Alegre até novembro de 2015, mês no qual estão valoradas as últimas informações sobre a renda, disponibilizadas pela referida pesquisa do IBGE.

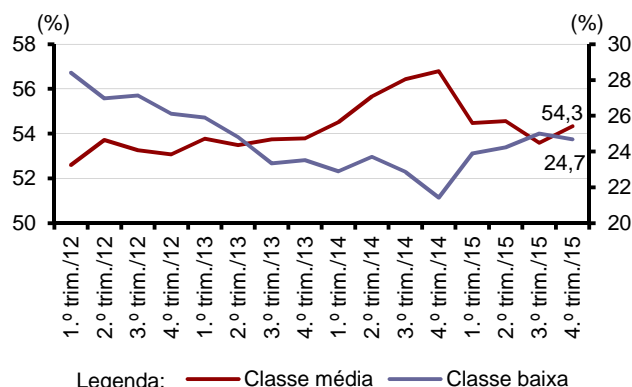
Os resultados revelam que o 1.º trimestre de 2015 marcou um ponto de inflexão na tendência de transição de domicílios da classe baixa para a classe média (gráfico). No final de 2015, a proporção de domicílios gaúchos pertencentes à classe baixa (24,7%) já equivalia praticamente ao nível observado no 2.º trimestre de 2013 (24,8%), um aumento de 15,1% em relação ao patamar mínimo, registrado no 4.º trimestre de 2014. Os dados revelam, ainda, que nove em cada 10 domicílios que entraram para a classe baixa em 2015 vieram da classe média. Portanto, a recessão tem atingido, com grande intensidade, domicílios de renda mediana, muitos dos quais provavelmente haviam saído da condição de pobreza no período anterior, em que o crescimento da renda real do trabalho cumpriu importante papel na redução das desigualdades.

Além desse movimento migratório às faixas de renda inferiores, há também um segundo fator que desempenhou um papel crucial na mobilidade de classes em 2015: a maior rigidez de transição para faixas de renda mais elevadas. Um domicílio aleatoriamente extraído da classe média ao final de 2014 teve três vezes mais chance de transitar para a classe baixa (19,6%) do que para a classe alta (6,6%) ao longo de 2015. Em comparação com os anos anteriores, constata-se, também, que houve um maior engessamento de domicílios pertencentes à classe baixa, que encontraram, na crise, uma barreira quase intransponível para ascender economicamente.

Há um detalhe metodológico que deve ser ressaltado. A PNAD Contínua fornece dados sobre a renda habitual de todos os trabalhos, mas não de outros fatores de produção, como o capital. Domicílios classificados como de classe alta tendem a ter maior participação de outras rendas, como aluguéis e rendimento de ativos financeiros, do que seus pares mais pobres. Logo, os efeitos da crise sobre a desigualdade de renda tendem a ser ainda maiores.

De forma geral, as evidências desse estudo sinalizam o alto custo social que a atual recessão tem imposto, uma vez que seus efeitos atingem, em maior grau, justamente os domicílios gaúchos em condição de maior vulnerabilidade. No curto prazo, os resultados reforçam a necessidade premente de a economia brasileira sair da crise e voltar a crescer o mais rapidamente possível. No médio e no longo prazo, atenta-se para a importância de o Governo exercer sua função econômica estabilizadora, de forma a evitar que recessões intensas e duradouras, como a atual, se repitam.

Evolução da proporção de domicílios gaúchos, por classes de renda — 1.º trim./12-4.º trim./15



Legenda: — Classe média — Classe baixa

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PNAD Contínua - trimestral.
NOTA: O eixo principal se refere à classe média, e o secundário, à classe baixa.

Perfil sociodemográfico do desempregado em 2015, na RMPA

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), em 2015, apresentou desempenho muito adverso em comparação com o do ano anterior. O nível ocupacional retraiu-se em 1,7%, com a perda de 31 mil postos de trabalho, e o estoque de desempregados teve aumento de 56 mil pessoas, tendo sido estimado em 169 mil indivíduos. A taxa de desemprego total aumentou de 5,9% em 2014 para 8,7% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2015, interrompendo a tendência de declínio iniciada em 2004. Esse crescimento de 47,5% da taxa de desemprego no período de um ano é a maior elevação da série histórica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da RMPA, cuja primeira média anual é de 1993.

Os setores de atividade econômica, com exceção dos serviços, apresentaram, em 2015, variações negativas na comparação com 2014. O setor de serviços cresceu 0,6% (6 mil pessoas). Os outros setores tiveram queda: indústria de transformação, de 3,6% (-11 mil pessoas), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, de 6,2% (-22 mil pessoas) e construção, de 2,1% (-6 mil pessoas). Assim, o setor do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas foi o que apresentou a maior perda no número de empregos.

No exame do comportamento do perfil sociodemográfico do contingente de desempregados, analisaram-se as variáveis sexo, idade, posição no domicílio, raça/cor e nível de escolaridade.

Com relação ao sexo, embora a taxa de desemprego entre as mulheres, em 2015, apresentasse um patamar mais elevado do que para a população masculina, foram os homens que sofreram o maior aumento da taxa de desemprego, em comparação com o ano anterior. De fato, a taxa de desemprego masculino apresentou uma variação anual de 55,6% e elevou-se de 5,4% em 2014 para 8,4% em 2015. A taxa de desemprego das mulheres teve um crescimento menor (37,9%) e passou de 6,6% para 9,1% no mesmo período.

No atributo idade, os mais atingidos pelo desemprego foram os adultos maiores de 40 anos. O crescimento foi de 73,5% na faixa etária de 40 a 49 anos e de 87,5% na de 50 a 59 anos de idade. Já entre os mais jovens, de 16 a 24 anos, a taxa de desemprego passou de 14,4% em 2014 para 19,7% em 2015, com uma variação anual de 36,8%, a menor variação por faixa etária, em que pese existir entre os jovens a maior taxa de desemprego.

Quanto à posição no domicílio, os chefes foram os que mais tiveram aumento na taxa de desemprego, embora apresentassem a menor taxa, passando de 3,3% em 2014 para 5,9% em 2015, uma variação anual de 78,8%. Portanto, a crise econômica atingiu a posição mais importante no domicílio para o sustento das famílias. Em segundo lugar, vêm os cônjuges, representados principalmente por mulheres, cujas taxas de desemprego passaram de 4,7% em 2014 para 6,5% em 2015, com variação anual de 40,4%.

A população negra foi um pouco mais afetada do que a população não negra. Enquanto os primeiros tiveram uma variação anual de 48,2%, os segundos apresentaram uma variação anual de 47,3%. Contudo, o desemprego foi maior e mais estrutural entre os negros, saltando de 8,5% em 2014

para 12,6% em 2015. Já entre os não negros, a taxa de desemprego, que era de 5,5% em 2014, passou a 8,1% em 2015.

Com relação ao nível de escolaridade, a elevação do desemprego foi maior para os indivíduos com ensino fundamental incompleto e entre aqueles com o ensino superior completo. A taxa de desemprego aumentou de 7,5% em 2014 para 11,0% em 2015 (variação de 58,6%) para aqueles com o ensino fundamental incompleto. Já para os indivíduos com o ensino superior completo, a taxa de desemprego passou de 2,3% em 2014 para 3,6% em 2015 (variação de 56,5%). Assim, a crise econômica atingiu tanto as pessoas com baixa escolaridade quanto aquelas com maior nível de instrução.

Enfim, pelo fato de o ano de 2015 ser marcado por uma recessão econômica, todos os segmentos da PEA foram atingidos pelo desemprego, destacando-se as parcelas mais representativas do mercado de trabalho, dentre elas, os homens, os trabalhadores maduros com 40 anos ou mais e os chefes de domicílio. Um fator novo nessa crise é o impacto maior do desemprego entre a população mais madura, ao contrário de outras crises anteriores, em que os jovens eram mais atingidos, apesar de a taxa entre eles ainda ser muito alta.

Taxa de desemprego, por características sociodemográficas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2014-15

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE DESEMPREGO		Δ
	2014	2015	
(%)			
Sexo			
Total	5,9	8,7	47,5
Homens	5,4	8,4	55,6
Mulheres	6,6	9,1	37,9
Faixa etária			
De 16 a 24 anos	14,4	19,7	36,8
De 25 a 39 anos	5,6	7,9	41,1
De 40 a 49 anos	3,4	5,9	73,5
De 50 a 59 anos	2,4	4,5	87,5
Posição no domicílio			
Chefes	3,3	5,9	78,8
Cônjuge	4,7	6,5	40,4
Filhos	11,9	15,4	29,4
Raça/Cor			
Negros	8,5	12,6	48,2
Não negros	5,5	8,1	47,3
Nível de escolaridade			
Ensino fundamental incompleto (1)	7,0	11,0	58,6
Ensino fundamental completo (2)	9,2	12,4	34,8
Ensino médio completo (3)	5,5	8,2	49,1
Ensino superior completo ...	2,3	3,6	56,5

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização. (2) Inclui o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto. (3) Inclui o ensino médio completo e superior incompleto.

Jorge Augusto Silveira Verlindo | verlindo@fee.tche.br
Pesquisador em Sociologia da FEE

Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, entre 2010 e 2013

Recentemente, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) lançou as novas séries do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) para o Rio Grande do Sul, com dados consolidados de 2010 a 2013. É certo que as transformações econômicas e políticas por que tem passado o País desde 2014 terão consequências para as desigualdades regionais, mas os dados revisados para o período sinalizam uma tendência de maior convergência do desenvolvimento dos municípios gaúchos. Em qualquer cenário, no entanto, eles reforçam o importante elo causal entre as condições da safra agrícola, o desempenho da economia gaúcha e os níveis de desigualdade intermunicipal na geração de riqueza.

O período referido mostra grande variabilidade no desempenho da economia gaúcha, com um crescimento de 4,4% no PIB em 2011, seguido por uma queda de 2,1% em 2012 e um expressivo crescimento de 8,2% em 2013. Apesar do revés de 2012, decorrente da estiagem que provocou um encolhimento de quase 14% no valor adicionado nominal da agropecuária, a aceleração de 2013 representou mais do que a mera recomposição das perdas anteriores, sobretudo nas desigualdades intermunicipais.

Analisando-se o Valor Adicionado Bruto *per capita* (VAB_{pc}) dos municípios, verifica-se uma aproximação em relação à média estadual. O indicador mais popular para essa avaliação, o Vw de Williamson, sintetiza a intensidade da heterogeneidade intermunicipal, ao ponderar as diferenças entre o PIB *per capita* de cada município, suas populações e a média estadual, resultando em uma única medida, em uma escala de 0 a 1. Entre 2010 e 2013, o Vw estadual apresentou queda nos quatro anos. Os resultados são expressivos para o curto período.

Para compreender melhor o processo, novamente foi aplicada a técnica do Vw, agora para medir a intensidade com que varia o VAB_{pc} dentro de cada Região Funcional (RF) de Planejamento do Estado, tomando a média da região como referência. Foi possível, dessa forma, identificar tendências internas das RF, nem sempre análogas às do conjunto do Estado. Das nove regiões, tomadas como unidades independentes, a RF2 e a RF9 se mantiveram estáveis, com leve aumento das desigualdades internas, outras quatro tiveram leve queda, enquanto três, as RF6, RF9 e RF5, se destacaram por variações acentuadas.

Por um lado, a RF6 e a RF9, localizadas na fronteira tríplice do Oeste e no Norte, respectivamente, apresentaram uma queda mais acentuada das desigualdades intermunicipais. No caso da RF6, uma região com menor número de municípios, o movimento decorreu, em grande medida, da queda abrupta do VAB_{pc} do Município de Candiota, em 2011, impactado pelos resultados negativos da termelétrica CGTEE, em face do controle de preços de energia elétrica e da elevação dos custos de produção. Na RF9, o mesmo fenômeno se verificou no Município de Aratiba, onde está localizada a Hidrelétrica de Itá.

Por outro lado, na contramão do Estado, a RF5, onde se manifestam os dilemas socioeconômicos mais conhecidos da Metade Sul, apresentou um aumento significativo da concentração relativa do VAB_{pc}. Abrindo-se as informações, percebe-se uma importante contribuição do Município de Rio Grande, que passou de uma participação de cerca de 34,5% no VAB da RF em 2010 para 38,3% no último ano da série. Grande parte da expansão econômica do Município deve-se à indústria de equipamentos de transporte e aos serviços de transporte de carga e armazenagem associados ao polo naval, que tiveram bom desempenho em 2012 e 2013.

Apesar desses casos isolados, a tendência agregada de convergência explica-se pela forte recuperação do VAB da agropecuária em 2013, principalmente pelo efeito-preço das *commodities*, como a soja, uma vez que os dados municipais são divulgados em termos nominais (e não em volume de produção). O setor, que representava cerca de 8,3% do Valor Adicionado do Estado em 2010 e 2011, havia recuado para 6,7% em 2012, saltando para 10,1% em 2013. Por sua natureza, a atividade agrícola está mais distribuída territorialmente do que a indústria e os serviços. Naturalmente, uma expansão mais do que proporcional na agropecuária promove uma melhor distribuição espacial da geração de riqueza. Contudo, em que medida se pode afirmar que isso representa melhores condições de vida para as populações de regiões menos desenvolvidas do território gaúcho?

Além do conhecido encadeamento entre a agropecuária e a indústria do RS, um dos principais canais de ativação da economia regional se dá via renda agrícola. Para cada ponto percentual (p.p.) de crescimento do volume produzido por esse setor, no município, um estudo da FEE¹, de 2013, estimou um crescimento associado do comércio local de 0,3 p.p. acima da média estadual.

Por fim, os dados do Idese divulgados no último mês, que permitem uma avaliação mais abrangente do desenvolvimento regional, apontam no mesmo sentido. Aplicando-se um coeficiente de variação (CV) simples aos indicadores dos municípios do RS, a queda da dispersão em torno da média estadual foi constante e também expressiva, dado que o índice abarca características que se alteram mais lentamente do que a renda nominal, como saúde e educação.

Em que pese ao fato de as regiões estarem muito voltadas para a atração de grandes investimentos, a vocação agrícola do Rio Grande do Sul parece indissociável do desenvolvimento regional gaúcho. Nesse sentido, a reflexão que se impõe está ligada às alternativas de adensamento e qualificação da produção estadual e de controle mais eficientemente dos impactos climáticos e da variação dos preços internacionais, de forma que a economia regional não dependa tanto da expansão de lavouras como a de soja, cujo desempenho foi o grande avalista do resultado de 2013.

Coeficiente de Vw para dispersão intermunicipal do VAB *per capita* e coeficiente de variação (CV) simples para dispersão intermunicipal do Idese no RS — 2010-13

INDICADOR	2010	2011	2012	2013
Vw RS	0,585	0,521	0,501	0,465
Vw RF1	0,630	0,538	0,530	0,519
Vw RF2	0,351	0,371	0,396	0,365
Vw RF3	0,318	0,329	0,326	0,280
Vw RF4	0,299	0,231	0,246	0,237
Vw RF5	0,286	0,259	0,290	0,365
Vw RF6	0,501	0,270	0,181	0,244
Vw RF7	0,346	0,353	0,357	0,369
Vw RF8	0,430	0,417	0,326	0,442
Vw RF9	0,676	0,618	0,478	0,393
CV do Idese no RS ...	3,298	3,023	2,900	2,414

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE/CIES/NCS.

Tomás Pinheiro Fiori | tomas@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

¹ Sá, R. Canais de transmissão da agricultura para a economia. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 22, n. 1, p. 8, 2013. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/wp-content/uploads/2013/10/carta2201.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

A expectativa em torno da implementação da previdência complementar

O ano de 2016 traz consigo grande expectativa em torno da implementação do novo sistema de previdência dos servidores do Estado do RS, criado a partir da publicação da Lei Complementar n.º 14.750, de 15 de outubro de 2015. O abandono, por parte do Governo, de uma previdência baseada exclusivamente na repartição simples e na capitalização, para a adoção de um sistema de previdência complementar encontra justificativa na crise fiscal que vem afetando o Tesouro Estadual e que tem recebido grande atenção das agendas do Governo e da sociedade gaúcha.

De fato, no ano de 2015, a receita total do Estado alcançou R\$ 50,2 bilhões, enquanto as despesas totais foram de R\$ 55,2 bilhões. O resultado orçamentário para o ano considerado, portanto, foi um déficit de R\$ 5,0 bilhões. No ano anterior, o resultado orçamentário havia sido negativo em R\$ 1,3 bilhão.

Esse cenário não é exclusividade dos anos mais recentes. Entre 1971 e 1998, houve déficits primários numa média de 15,3% da Receita Corrente Líquida (RCL). Nos anos posteriores, o resultado primário negativo foi gradativamente sendo reduzido, e, a partir de 2002, o RS passou a obter superávits primários. No entanto, os resultados nominais orçamentários continuaram negativos, à exceção do período entre os anos de 2007 e 2010. Dentro desse contexto e especialmente nos anos mais recentes, a questão da previdência dos servidores públicos estaduais revela-se como a mais importante, juntamente com a problemática da renegociação da dívida junto à União.

No ano de 2015, o Estado apresentou um déficit previdenciário de R\$ 8,47 bilhões no seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o equivalente a 28,1% de sua RCL. Em 2014, o RS foi o estado da Federação que apresentou a maior insuficiência de recursos (diferença entre a despesa previdenciária e a contribuição dos servidores). A tendência é que o RS repita essa indesejada liderança em 2015.

Dentro desse contexto, a recente mudança no RPPS proposta pelo Governo e aprovada pela Assembleia Legislativa surge como uma resposta ao cenário sombrio que circunda a questão da previdência, enfrentando estruturalmente o problema a partir da limitação dos benefícios ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e trazendo regras novas aos servidores que desejarem receber aposentadorias maiores, vinculando-as ao resultado de investimentos no mercado financeiro. Porém, ao mesmo tempo em que a Lei Complementar n.º 14.750/2015 se coloca como principal ferramenta do Estado de combate à crise na previdência, ela surge despertando um sentimento de demora e de perda da oportunidade de liderar na resposta a essa questão. Ao criar a previdência complementar em 2015, o RS foi apenas o 11.º ente da Federação a fazê-lo, seguindo os passos da União (dez./12) e dos Estados de SP (dez./11), RJ (maio/12), ES e CE (set./13), RO e PE (dez./13), MG (jan./14), PR (dez./14) e BA (jan./15).

No entanto, a temática da previdência complementar não é novidade no Estado. Houve uma primeira tentativa de implementá-la ainda em 2007. Tal tentativa, porém, não logrou êxito na época. Caso o Projeto de Lei n.º 393/2007 tivesse sido aprovado, o RS teria sido o primeiro estado da Federação a possuir um sistema de previdência complementar e não apenas o 11.º, como acabou

acontecendo. Pode-se questionar se, caso a previdência complementar tivesse sido aprovada em 2007, a situação do RPPS no Estado estaria muito diferente da atual. A resposta mais adequada é que provavelmente, em termos de fluxo financeiro, não. Os oito anos que separam a primeira tentativa frustrada de adoção da previdência complementar da aprovação desse novo sistema, em 2015, não seriam suficientes para possibilitar aposentadorias de servidores pelas novas regras. Isso não significa, contudo, que a adoção da previdência complementar em 2007 teria sido inócua para o cenário atual. Ainda teríamos déficit, mas estaríamos mais perto de uma situação favorável. Adicionalmente, haveria, desde já, uma sinalização para a sociedade do efetivo comprometimento do Estado com a questão fiscal e, em particular, com a questão da previdência. Sabe-se que mudanças previdenciárias demoram muitos anos para que seus efeitos se façam sentir e que qualquer procrastinação na busca de soluções amplia os problemas no longo prazo. Assim, se, por um lado, se deve saudar a criação da previdência complementar no RS, por outro lado, pode-se afirmar que resta um sentimento de que se demorou tempo demais para efetivamente enfrentar o problema.

O importante, contudo, é que o principal passo foi tomado. Isso não significa, todavia, que não serão necessárias outras mudanças no RPPS. De fato, pode-se esperar, para os próximos anos, um crescimento no debate acerca do aumento das idades de aposentadoria e da gradual convergência entre as aposentadorias de homens e mulheres. Diversos países, especialmente os europeus, vêm caminhando nesse sentido, e o RS, por ser um estado com população mais envelhecida, deve observar atentamente os movimentos de reformas previdenciárias nos países cujas experiências nos sejam próximas.

Há, por outro lado, um ponto que não tem recebido destaque dentro do contexto de discussão da previdência complementar no RS, que é a questão da precarização das aposentadorias dos servidores. O processo de reconstrução do RPPS, fundando-se o novo sistema na previdência complementar, foi pensado exclusivamente com o objetivo de resolver o maior problema fiscal do Estado, desconsiderando outras partes afetadas por essa relação, que se referem a todos aqueles que recebem os benefícios previdenciários. Embora o discurso oficial seja de possibilidade da manutenção do poder aquisitivo dos benefícios concedidos pelas novas regras em relação à anterior, inexistente qualquer garantia de que isso efetivamente ocorrerá. É possível que o desempenho dos fundos de aplicação financeira que sustentarão os benefícios futuros não seja suficientemente alto para garantir o mesmo nível de renda que os servidores aufeririam pela regra anterior de aposentadoria. A partir do momento em que os novos servidores começarem a acumular recursos na nova previdência complementar do Estado, a questão da gestão dos fundos e da sua capacidade de pagar benefícios justos se colocará perante os atores envolvidos. Será possível, então, perceber concretamente os efeitos das grandes mudanças realizadas nos benefícios previdenciários dos servidores.

Thiago Felker Andreis | thiago@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

A habitação de interesse social urbana e o Minha Casa Minha Vida no RS

Um dos problemas enfrentados pelo poder público é o provimento de habitação nas áreas urbanas dos municípios para as famílias com renda de até três salários mínimos, considerado de interesse social. Em 2010, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), que se utiliza de dados do Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional no Rio Grande do Sul para esse segmento de interesse social era de 170.531 domicílios. Somente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), faltavam 73.706 moradias. O déficit é composto por unidades habitacionais precárias, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em domicílios locados.

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) destinou parte dos seus recursos para atender esse público, por meio das modalidades Empresarial-Faixa 1, Entidades e Oferta Pública de Recursos. A terceira etapa do MCMV foi lançada recentemente, o que torna mais interessante a análise de seus resultados.

A primeira modalidade, a Empresarial-Faixa 1, foi a que teve mais unidades habitacionais contratadas, como pode ser visto na tabela abaixo: 45.147 no RS, 56% delas na RMPA. Trata-se de uma modalidade na qual empresas são responsáveis pelo projeto e pela construção dos empreendimentos.

A segunda modalidade, a Entidades, por sua vez, é a segunda com mais moradias contratadas: 9.170 em todo o Estado, sendo 65% delas na RMPA. Aqui, cooperativas, associações comunitárias e sindicatos são os responsáveis pelos empreendimentos. Tal modalidade é especialmente forte no RS e não encontra o mesmo desempenho em outros estados, à exceção de São Paulo.

Por fim, a Oferta Pública de Recursos é destinada a municípios com população inferior a 50.000 habitantes. Essa terceira modalidade contratou 5.561 habitações. Pela limitação de tamanho populacional, apenas 30 moradias foram construídas na RMPA.

Todas essas habitações contratadas somam quase 60.000. Isso corresponde a 35% do déficit habitacional do RS e a 42% do déficit da RMPA. É fato que novas necessidades de moradias surgem ao longo do tempo e que não há certeza de que os beneficiários faziam parte do déficit. Além disso, muitos recursos foram destinados pelo MCMV a segmentos que não concentram grande proporção do déficit. Contudo, para um programa criado em 2009, os resultados são relevantes.

Entretanto, há diferença entre as modalidades em termos de contratação e entrega. A velocidade com que os benefícios são efetivamente disponibilizados é uma medida de

eficiência das políticas públicas. Eventualmente, programas que envolvem participação social são criticados por serem lentos. À primeira vista, a modalidade Empresarial-Faixa 1 entrega maior percentual de moradias do que a Entidades.

Porém, dentro da modalidade Entidades, há contratações feitas diretamente com os beneficiários organizados dentro de uma cooperativa, uma associação ou um sindicato e há contratações feitas com alguma dessas entidades, como substitutas dos beneficiários, para sua posterior seleção. No primeiro caso, há participação social desde o projeto; no segundo, não. Se separados, quando as entidades substituem os beneficiários, a contratação se dá em duas etapas (1.ª: assistência técnica e terreno; 2.ª: construção das habitações). Nesses casos, apenas 29% das unidades foram concluídas, e 3%, entregues. No caso em que há participação social desde o início, a taxa de conclusão é de 67%, ao passo que a de entrega é de 62%, o que, surpreendentemente, indica mais eficiência no quesito velocidade nessa modalidade do que na Empresarial-Faixa 1.

Outra maneira de avaliar o desempenho do MCMV para o segmento de interesse social é correlacionar os déficits municipais com o número de unidades contratadas em cada município. Nesse caso, tanto para o RS quanto para a RMPA, a correlação é forte (0,903 e 0,894 respectivamente), ou seja, os recursos estão sendo destinados para os municípios que mais precisam. Embora esse resultado seja positivo, isso não quer dizer que dentro de cada município estão sendo construídas moradias nas regiões com maior déficit. Essa, inclusive, é uma das críticas ao programa: a construção de habitações predominantemente em localizações periféricas.

Na falta de dados relativos aos bairros, é possível fazer uma análise dentro da RMPA, considerando a produção nas três modalidades. Constata-se que mais unidades por 1.000 habitantes são contratadas nos municípios periféricos. Arroio dos Ratos e Portão, por exemplo, contrataram 17 e 16 unidades, ao passo que Porto Alegre e Novo Hamburgo, quatro apenas. A exceção é São Leopoldo, que possui desempenho melhor (11 unidades).

Portanto, embora o MCMV seja contestado por construir casas em regiões periféricas e por destinar muitos recursos a segmentos que não precisam de tanto auxílio quanto o segmento considerado de interesse social, não há como ignorar que, em poucos anos, contratou habitações que equivalem a 42% do déficit na RMPA. Na análise comparativa entre as modalidades mais importantes, a Entidades indicou que nem sempre a participação social diminui a velocidade de entrega dos benefícios.

Habitações contratadas, concluídas e entregues nas modalidades do Minha Casa Minha Vida, na RMPA e no RS — 2009-15

STATUS DAS HABITAÇÕES	EMPRESARIAL-FAIXA 1		ENTIDADES		OFERTA PÚBLICA DE RECURSOS	
	RMPA	RS	RMPA	RS	RMPA	RS
Contratadas	25.206	45.147	5.997	9.170	30	5.561
Concluídas	11.772	27.203	2.298	3.429	30	2.939
Concluídas (%)	47	60	38	37	100	53
Entregues	10.013	23.938	952	1.517	26	2.387
Entregues (%)	40	53	16	16	87	43

FONTE: Ministério das Cidades (2015).

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — set./15-fev./16

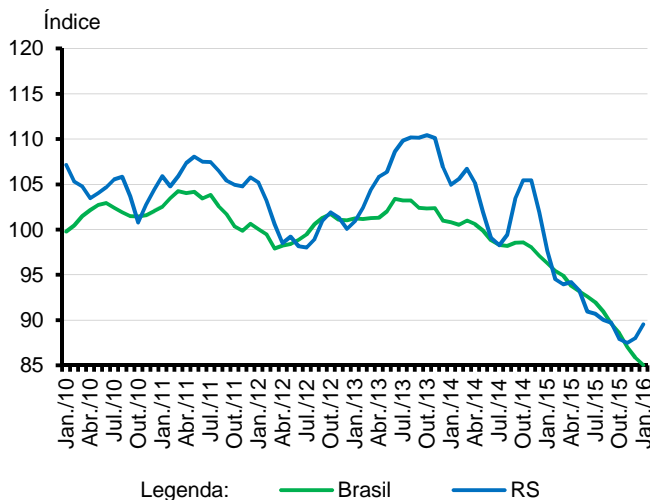
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Set./15	0,54	7,64	9,49	0,95	6,35	8,36
Out./15	0,82	8,53	9,93	1,89	8,36	10,10
Nov./15	1,01	9,62	10,48	1,52	10,01	10,69
Dez./15	0,96	10,67	10,67	0,49	10,54	10,54
Jan./16	1,27	1,27	10,71	1,14	1,14	10,96
Fev./16	0,90	2,18	10,36	1,29	2,44	12,09

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-jan./16

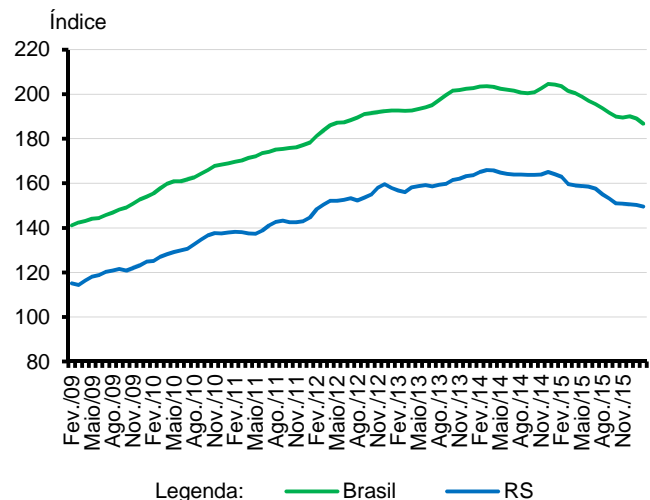


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./16



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — set./15-fev./16

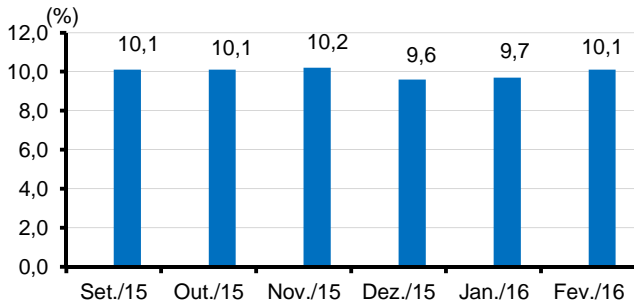
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15	Jan./16	Fev./16		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	3,91	3,88	3,78	3,87	4,05	3,97	4,01	3,55
Taxa de câmbio efetiva real (3)	129,4	127,3	121,0	120,6	120,7	118,4	119,6	115,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	13,87
Superávit primário (% do PIB)	1,50	2,24	3,84	14,17	-5,67	4,79	-0,50	2,11
Balança comercial (US\$ milhões) (5)	2.651	1.731	941	6.068	643	2.869	3.512	27.096
Exportações (US\$ milhões) (5)	16.035	15.947	13.724	16.685	11.135	13.317	24.452	188.872
Importações (US\$ milhões) (5)	13.384	14.216	12.784	10.617	10.492	10.448	20.940	161.776
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-3.050	-4.277	-2.948	-2.443	-4.817	-1.919	-6.736	-46.317

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — set./15-fev./16

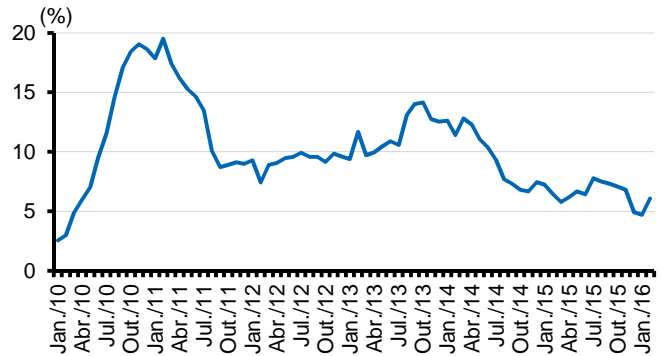


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

- NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.
 2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-fev./16



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
 NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

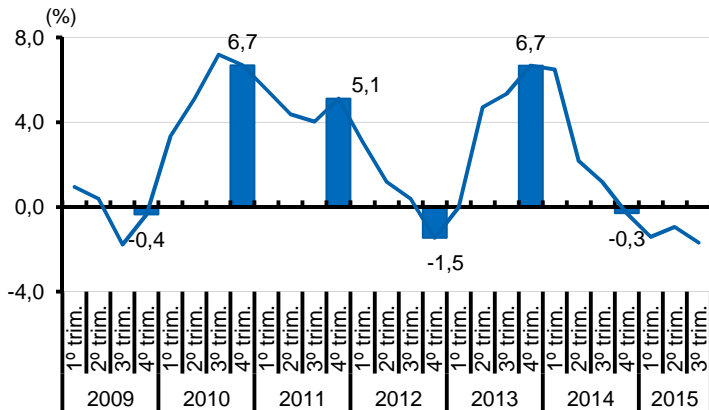
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — set./15-fev./16

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Set./15	13.567	144.491	9,4	-8,1	-16,8	13,7	7,6	-18,4	-22,3
Out./15	15.096	160.539	9,4	-7,4	-16,4	15,1	8,6	-18,7	-22,6
Nov./15	16.404	174.345	9,4	-5,4	-16,0	18,1	8,9	-19,2	-22,5
Dez./15	17.518	191.127	9,2	-6,3	-15,1	17,3	9,9	-19,6	-22,4
Jan./16	811	11.245	7,2	-16,1	-17,9	0,8	3,5	-16,8	-20,7
Fev./16	1.669	24.592	6,8	-9,3	-4,7	8,8	19,0	-16,6	-19,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./09-3.º trim./15

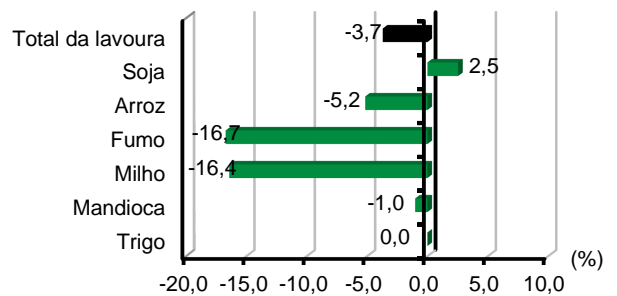


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — fev./16



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

A expansão das Instituições de Ensino Superior do RS na capital e no interior

Desde a criação das primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, uma de suas características mais marcantes, relativamente à localização geográfica, foi que se concentravam, principalmente, próximas ao litoral e/ou nos maiores centros urbanos, especialmente nas capitais.

A desconcentração geográfica do ensino superior brasileiro começou por volta do início da década de 50, de modo bastante modesto. Esse fenômeno continuou em marcha lenta até a década de 90, em que houve uma reversão no cenário de baixo crescimento das vagas, quando já existiam cerca de 1,5 milhão de estudantes universitários. A partir desse período, houve uma expansão significativa do ensino superior no Brasil, simultaneamente a um processo de desconcentração geográfica das IES. Esse processo tem, como um dos seus principais benefícios, o atendimento, em nível local, da crescente demanda por educação terciária de estudantes oriundos de cidades pequenas e médias.

No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, tal movimento facilita o acesso a esse nível de ensino aos candidatos que, de outra forma, só teriam como alternativa buscar uma vaga em IES localizadas em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, em outras capitais ou em grandes cidades do Brasil. Isso permite que os estudantes que moram fora dessas cidades economizem com custos de transporte, moradia e alimentação, dentre outros gastos. Sem acesso ao ensino superior em seus locais de origem, os estudantes interioranos, ou suas famílias, teriam que arcar com essas despesas para poderem estudar na capital ou em outros grandes centros urbanos. Além disso, antes da desconcentração geográfica do ensino superior no RS, os candidatos do interior tinham que competir, em condições de desvantagem, com candidatos residentes na capital, no acesso aos cursos mais disputados das melhores IES. Essa desvantagem se relaciona ao fato de os candidatos da capital, geralmente, terem maior possibilidade de acesso às melhores escolas e a cursos preparatórios ao vestibular, relativamente aos candidatos do interior.

Outros potenciais aspectos positivos da interiorização do ensino superior são:

- ampliação e fortalecimento do mercado de trabalho dos municípios interioranos, viabilizando a fixação de mão de obra altamente qualificada nesses locais;
- dinamização da economia e do mercado consumidor do interior, com a instalação de novos empreendimentos em diversos segmentos econômicos, em sintonia com os Arranjos Produtivos Locais (APLs);
- estabelecimento de incubadoras e parques tecnológicos, impulsionando, no interior, a inovação, por meio da geração de novos produtos, processos e serviços;
- prestação de serviços de ensino e extensão de qualidade às comunidades interioranas.

Além disso, espera-se que a fixação de capital humano de alto nível em municípios do interior tenha, como resultado, a geração de outras externalidades positivas, pois facilita e induz, por exemplo, a atração de investimentos, dinamizando cadeias produtivas locais, ensejando a desconcentração econômica de recursos que seriam alocados, de outro modo, por questões de escala, nos grandes centros localizados nas regiões metropolitanas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 1991, o RS tinha 49 IES no total. Ao final da década de 90, no ano 2000, o número de IES no RS caiu para 48. A partir de 2001, quando o número de IES no RS subiu para 51, ocorreu uma reversão no ritmo de declínio e surgiu uma tendência de significativo crescimen-

to no número de IES gaúchas. Em 2014, havia, no total, 120 IES no RS, em razão das novas políticas públicas, em nível federal, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que contribuíram significativamente para a expansão do número das IES privadas. Nesse novo contexto, verificou-se um crescimento mais expressivo, tanto em termos absolutos como em termos relativos, do número de IES no RS, na capital e no interior do Estado.

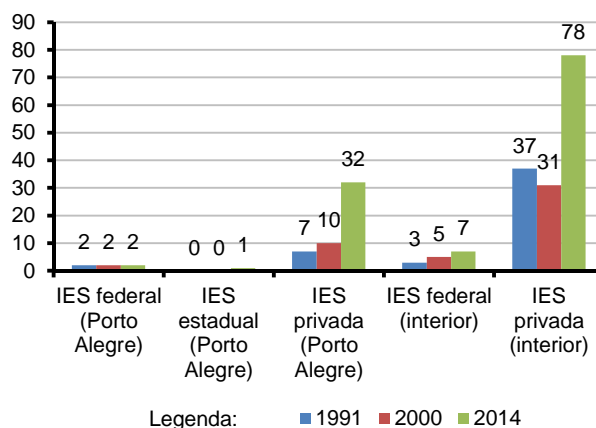
O número de IES federais em Porto Alegre, em 2014, foi o mesmo de 1991: duas instituições, que são a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA). Em contrapartida, houve uma significativa expansão no número de IES privadas na capital, que eram em número de 7 em 1991 e aumentaram para 32 em 2014.

Entre 1991 e 2014, houve crescimento significativo no número de IES localizadas no interior. Essa expansão aconteceu, principalmente, por meio de dois fatores: (a) a instalação de novos *campi* da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que é a única IES estadual gaúcha, sediada na capital, com unidades espalhadas em mais de 20 municípios do RS, e (b) a abertura de mais quatro IES federais. Foram somadas às já existentes Universidades Federais de Pelotas, de Rio Grande e de Santa Maria, criadas por volta da década de 60, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), além de três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o Instituto Federal Farroupilha e o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. Todas essas iniciativas estão contribuindo para a interiorização do ensino superior no RS.

No período 1991-2014, o número de IES privadas gaúchas no interior teve dois comportamentos. Na década de 90, houve declínio: de um total de 37 IES privadas em 1991, o número caiu para 31 em 2000. Já no período 2001-14, o comportamento foi bem diferente: eram 34 IES privadas em 2001 e 78 em 2014 (um aumento de 129,4%).

Observa-se nitidamente que a expansão das IES no RS, entre os anos de 1991 e 2014, foi sustentada, basicamente, pelo crescimento numérico de IES privadas.

Evolução do número de Instituições de Ensino Superior (IES), por categoria administrativa, no RS — 1991-2014



FONTE: Ministério da Educação (MEC)/ Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ajuste externo e política cambial no Brasil

A economia brasileira experimentou, em 2015, uma redução significativa do seu déficit em transações correntes. A amplitude desse ajuste refletiu a recessão em curso no País, cujo indicador mais relevante é a queda do Produto Interno Bruto (PIB), e, em menor grau, a depreciação cambial. Os primeiros dados de 2016 indicam a continuidade desse movimento, o que revela uma situação confortável para o financiamento do Balanço de Pagamentos (BP) este ano.

O déficit em transações correntes da economia brasileira reduziu-se de US\$ 104,2 bilhões em 2014 para US\$ 58,9 bilhões em 2015. Dentre os principais componentes, a elevação do saldo comercial, de um déficit de US\$ 6,6 bilhões para um superávit de US\$ 17,7 bilhões (segundo a nova metodologia do Banco Central do Brasil (Bacen)), foi responsável por 53% do ajuste verificado no ano passado. O restante do ajuste resultou da redução do déficit de serviços e rendas, com destaque para a queda nas despesas com viagens internacionais e fretes, no caso dos serviços, e para a redução das remessas de lucros e dividendos, nas rendas. Em 2015, o déficit em transações correntes foi inteiramente coberto pelo ingresso de Investimento Direto no País (IDP) de US\$ 75,1 bilhões. A estimativa do Bacen é que, neste ano, o IDP seja de US\$ 60,0 bilhões, enquanto a projeção para o déficit em transações correntes, já considerada conservadora, é de US\$ 25,0 bilhões.

A elevação do saldo comercial resultou da queda das importações, dado que o valor exportado também se reduziu, devido à queda dos preços das principais *commodities* exportadas (petróleo, minério de ferro e soja). Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), entre 2014 e 2015, as exportações reduziram-se em US\$ 34,0 bilhões (-15,1%), e as importações, em US\$ 57,6 bilhões (-25,2%). Apesar da queda das receitas, o volume exportado aumentou 8,3% no ano passado (dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex)). De acordo com a classificação por fator agregado, os volumes de básicos e semimanufaturados cresceram 13,2% e 8,5% respectivamente. No caso dos básicos, parte da explicação para o crescimento pode ser atribuída ao aumento de 30,0% do volume exportado de combustíveis, categoria em que predomina o petróleo em bruto. Já o volume de manufaturados registrou um crescimento de 2,3% em 2015. Trata-se de um desempenho modesto, mas que rompe com a trajetória de quedas observada desde meados de 2013. No acumulado em 12 meses, até janeiro de 2016, o crescimento do volume exportado de manufaturados foi de 3,6%.

No que diz respeito às importações, houve redução tanto em valor quanto em volume. Para a queda de 15,1% do volume importado no ano, pesaram as reduções de 15,7% nas compras de bens intermediários, 18,2% de bens de capital, 26,6% de bens de consumo duráveis e 4,8% de bens de consumo não duráveis. No caso dos bens intermediários, a redução do volume importado se deu em proporção significativamente maior do que a verificada na produção da categoria, no mesmo período (queda de 5,2%), o que pode ser interpretado como indicativo de um movimento de substituição de importações. Relação semelhante também pode ser vista, ainda que em menor intensidade, entre as importações e a produção de bens de consumo duráveis (queda de 18,8% da produção).

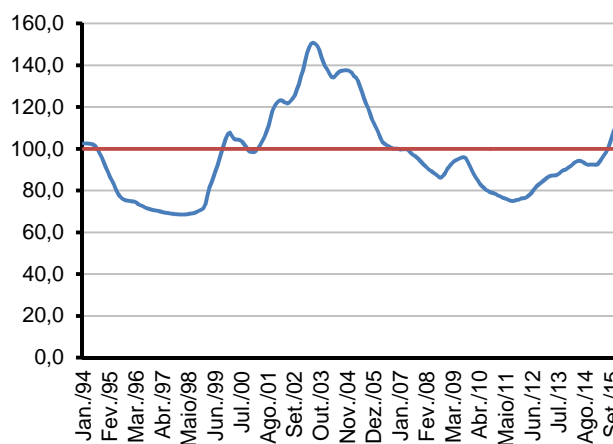
Os processos ainda incipientes de recuperação das vendas de manufaturados e de substituição de importações denotam que o ajuste externo ainda não se encerrou. A existência de defasagens na resposta da balança comercial à depreciação cambial é corroborada por estudos empíricos. No plano

teórico, chama-se “histerese” o processo de mudança estrutural provocado por episódios prolongados de apreciação cambial, que levam à perda de mercados, de fornecedores e de canais de comercialização, além de defasagens tecnológicas, e que não se revertem imediatamente em resposta a uma configuração de preços mais favorável. Embora a depreciação da moeda brasileira venha ocorrendo desde meados de 2011, apenas em 2015 o nível de taxa de câmbio real alcançou um patamar perto do que é apontado, por alguns analistas, como mais próximo do nível que equilibra o BP — precisamente, o que vigorou no primeiro semestre de 1994, em 2000 e em 2005. Estudos recentes indicam que os ajustes nas exportações de manufaturados ainda devem ser observados ao longo deste ano e do próximo. Assim, o nível de taxa de câmbio atual parece ser suficiente para a preservação do ajuste externo, mesmo em face de uma eventual recuperação do nível de atividade e, por conseguinte, das importações.

Em termos de financiamento externo, a projeção de um ingresso ainda substantivo de IDP envolve poucos riscos, dado o caráter de longo prazo desse tipo de investimento. Já os sinais recentes da economia mundial, como a estabilização dos preços das *commodities*, o menor risco de pouso forçado na China e a sinalização de que o aumento da taxa de juros nos EUA será mais lento do que o esperado, contribuem para a formação de expectativas mais benignas quanto ao ingresso de investimento em carteira. Tais fluxos, contudo, costumam ser voláteis. Assim, não se pode descartar que venham a ser afetados em sentido oposto pelos desdobramentos da conturbada conjuntura nacional.

Em que pese às incertezas, ainda presentes na economia mundial, e, sobretudo, no plano interno, os fundamentos do BP, em seu conjunto, não indicam haver pressões adicionais para a depreciação da moeda brasileira. Nesse cenário, o Bacen tende a eliminar, aos poucos, o estoque de *swaps* cambiais (oferta de *hedge*), que custaram, no ano passado, R\$ 89,7 bilhões ao Tesouro. Finalmente, a estabilização cambial, ao induzir uma redução mais rápida da inflação, reforça as condições para o relaxamento das restrições monetárias, o que pode vir a contribuir para o início de uma recuperação do nível de atividade.

Índice de taxa de câmbio real efetiva, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no Brasil — jan./94-jan./2016



FONTE: Banco Central do Brasil.

NOTA: Índice em médias móveis de 12 meses; base jun/94 = 100.

Cecília Hoff | cecilia@fee.tche.br
Pesquisadora em Economia da FEE

Por uma estratégia microeconômica e heterodoxa de combate à inflação

Os instrumentos de controle da inflação adotados a partir do Plano Real são estritamente convencionais: elevação da taxa de juros e/ou depressão dos gastos públicos. Esses instrumentos têm-se mostrado eficazes: desde 1945, é a primeira vez que a inflação média, ao longo de 20 anos, é de apenas um dígito (7,33% a.a. entre 1996 e 2015, inclusive).

Ao contrário do que pretendem os defensores da política em curso, sua eficácia não advém primordialmente da contenção da demanda. Na realidade, a elevação dos juros deprime a inflação através de seu efeito sobre a taxa de câmbio: ao valorizar o real frente ao dólar, cai o preço de importados e exportados, expondo a indústria nacional à concorrência externa. Por sua vez, a política fiscal contracionista deprime o nível de emprego e o salário nominal (e/ou suas taxas de crescimento), deprimindo relativamente os custos salariais em todos os setores.

Ao longo dos últimos 21 anos, houve alternância da “perna dominante” (a monetário-cambial ou a fiscal-salarial) no controle dos preços. Não obstante, a partir de 2003, a âncora monetário-cambial ganhou proeminência, tanto que o câmbio médio real (descontada a diferença de inflação nacional e norte-americana) do dólar evoluiu de R\$ 1,60 em 2002 para R\$ 0,98 em 2006, R\$ 0,71 em 2010 e R\$ 0,81 em 2014. Os desdobramentos da continuada exposição competitiva resultaram na elevação das importações e na queda das exportações industriais. A perda de mercados externos e internos afetou de forma particular a indústria de transformação, cujas vantagens competitivas são menores que as dos demais setores *tradables* (agropecuária e extração mineral). A desindustrialização relativa levou à queda gradual da taxa de variação do investimento e do Produto Interno Bruto (PIB).

No início de seu segundo mandato, a Presidente Dilma entendeu necessário retomar a prevalência da perna fiscal-salarial, com vistas a permitir a desvalorização do real e a recuperação das margens de lucro da indústria, com um mínimo de impactos inflacionários. No que diz respeito ao resgate dos saldos da balança comercial, a estratégia foi muito bem-sucedida: de um déficit de US\$ 4 bilhões em 2014, passamos a um superávit de US\$ 20 bilhões em 2015. A despeito de haver extrapolado a meta, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2015 (10,67%) foi muito inferior à desvalorização real (descontada a inflação) do real (moeda) frente ao dólar (-37,22%). O preço da nova política foi a depressão (-3,8%), o aumento do desemprego e a queda do rendimento real dos trabalhadores (-4,6%). Tal como no ditado popular, saímos da frigideira para cair no fogo.

Do nosso ponto de vista, o problema de fundo é a incapacidade de o Plano Real lidar com a peculiar inflação brasileira. As âncoras monetário-cambial e fiscal-salarial só são eficazes para o enfrentamento de choques inflacionários. Não é o caso. Nossa inflação é **crônica** e precisa ser enfrentada em suas raízes microeconômicas.

No capitalismo, a inflação só é a norma quando as firmas **não** repassam seus ganhos de produtividade para os preços. Quanto mais competitivo o mercado, mais rápido e maior será o repasse das quedas de custo para os consumidores finais. Mesmo em setores oligopolizados (que precificam pela imposição de uma margem de lucro sobre os custos diretos), a difusão das inovações depressoras de custos vai

impor a transferência da queda de custos aos preços, a não ser que o grau de monopólio não pare de crescer na economia.

Ora, os dois principais segmentos de preços flexíveis que ofertam bens e serviços da cesta do IPCA são o agroalimentar e os serviços urbanos de livre ingresso. Não resta dúvida de que a agropecuária brasileira apresenta elevada e crescente produtividade. Além disso, os bens negociados no mercado mundial têm seus preços internos definidos pelo preço em dólar e pelo câmbio. Com o real se valorizando, seria de se esperar que os preços agrícolas contribuíssem para o controle da inflação, mas os preços dos alimentos consumidos no lar vêm subindo acima da média. O IPCA acumulado entre 2007 e 2014 foi de 55,25%. Todavia, o preço médio dos alimentos de livre importação subiu 81,61%, e o de importação restrita (perecíveis) teve alta de 104,37%. Por quê?

Parte da resposta encontra-se na ausência de qualquer regulação do abastecimento voltada ao controle de preços, a despeito dos mercados agrícolas serem caracterizados pela sazonalidade, pela especulação e pela arbitragem. Na verdade, a política agrícola dos últimos 20 anos tem sido omissa na questão dos preços **ao consumidor** e do controle dos custos de **intermediação**.

O segmento de serviços urbanos de livre ingresso (bares, restaurantes, salões de beleza, etc.) também se caracteriza pela flexibilidade dos preços. No entanto, no mesmo período (2007-14), apresentou uma inflação acumulada de 88,64%, 33,39 pontos percentuais acima do IPCA médio.

A concorrência só é operativa para a depressão dos preços nesse segmento quando se enfrenta a segmentação do mercado, aproximando consumidores de renda superior de ofertantes de custos e preços mais baixos. Os custos de operação de um novo bistrô familiar podem ser muito inferiores aos de um grande restaurante consolidado, a despeito de a qualidade dos serviços ser similar. Entretanto, o ingresso do “bistrô” só debilitará o grau de monopólio do segmento se for rompida a estratificação do mercado e o ingressante passar a concorrer com o restaurante tradicional, só que as atuais políticas de apoio às microempresas e ao empreendedor individual não contemplam essa dimensão crucial.

A política industrial (PI) tampouco contribuiu para o controle da inflação. Em função da exposição competitiva imposta pelo câmbio, a PI ganhou caráter compensatório, protecionista e seletivo nos últimos anos. O resultado foi a elevação do grau de monopólio e da margem de lucro naqueles segmentos (petróleo, gás, naval, dentre outros) que escaparam da desindustrialização em função da PI.

Na última década, o único segmento produtivo que foi objeto de uma política governamental de aprofundamento da concorrência e da depressão das margens de lucro foi o de serviços capitalistas (logística, energia elétrica, etc.). Porém, esse movimento não foi suficiente para compensar as pressões inflacionárias oriundas dos segmentos *flex price*. Urge redefinir as políticas de apoio ao desenvolvimento desses setores, seja porque eles têm sido “puxadores”, seja porque são os que mais rapidamente transferem para os preços seus ganhos de produtividade.

Carlos Aguedo Paiva | cpaiva@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

A crise e a política econômica brasileira em 2015

Em 2015, a economia brasileira apresentou uma queda de 3,8% no seu Produto Interno Bruto (PIB). Essa é a maior queda anual no PIB do País, com exceção das verificadas em 1981 e 1990. No entanto, dada a continuidade da desaceleração da atividade econômica em 2016 observada até o momento e com a perspectiva de uma nova queda acentuada no PIB do corrente ano, o Brasil pode estar vivendo uma das piores recessões de sua história enquanto nação industrializada. Esses dados se tornam ainda mais graves quando se acrescenta o crescimento nulo de 2014.

Uma crise dessas proporções, inevitavelmente, acaba por ter consequências em todos os aspectos da sociedade brasileira, desde os mais estritamente econômicos, tais como a arrecadação governamental, os gastos com infraestrutura e a geração de empregos, até aqueles de natureza mais social, como o atendimento dos interesses dos diversos segmentos sociais e a manutenção de políticas públicas redistributivas. Por fim, também fica dificultada a construção de uma articulação política que dê sustentação ao Governo. Em seu conjunto, esses elementos acabam por comprometer não apenas o crescimento de curto prazo, mas também a capacidade de retomada no longo prazo.

Em 2015, a crise se aprofundou tanto pelo lado da produção quanto pelo da demanda doméstica. Do ponto de vista das atividades econômicas, o impacto maior da crise se deu sobre a indústria de transformação (IT), a qual apresentou uma queda de 9,8% no seu valor agregado. Esse desempenho veio somar-se a outras quedas que já haviam sido verificadas em 2012 e 2014, de 2,4% e 3,9% respectivamente. Com isso, a IT terminou 2015 com o mesmo nível de produção de 2005.

A construção civil, setor importante pelos seus efeitos de encadeamento nos demais setores da indústria e na geração de emprego, também apresentou uma queda no seu PIB em 2015 (-1,4%). Considerando que o setor já vinha apresentando uma desaceleração desde 2012, verifica-se que, entre 2012 e 2015, a taxa média anual de variação no seu valor adicionado foi de -0,5%.

Do ponto de vista positivo, destaca-se o crescimento de 1,8% da agropecuária em 2015, o qual, embora relativamente baixo, se insere numa trajetória de desenvolvimento que tem-se mantido ao longo dos últimos 20 anos (à exceção de 2009 e 2012). Nessa trajetória de longo prazo, verifica-se que o setor apresentou uma taxa média anual de crescimento de 3,6%. Com desempenho também positivo em 2015, aparece a indústria extrativa mineral, a qual apresentou um crescimento de 4,9% no seu valor agregado em relação ao ano anterior. De forma semelhante à agropecuária, a extrativa mineral tem apresentado um crescimento consistente no longo prazo. Assim, se tomarmos o período 1996-2015, verifica-se que o Valor Adicionado do setor cresceu a uma taxa média anual de 4,1%. Nesse mesmo período, a IT cresceu a uma taxa de 0,8% a. a.

Quando se analisam os dados pela ótica da demanda, observa-se que a queda do PIB em 2015 foi fortemente puxada

pelo declínio nos investimentos (-14,1%) e pelo consumo das famílias (-4,0%). Convém destacar, ainda, os efeitos do ajuste fiscal promovido tanto pelo Governo Federal quanto pelos governos estaduais, os quais redundaram em uma queda de 1,0% no consumo da Administração Pública. Tal resultado negativo não se verificava desde 2000. Essa queda vem a se associar a uma desaceleração nas taxas de crescimento da Administração Pública, que já vinha se manifestando desde 2013.

O único componente da demanda agregada a apresentar variação positiva em 2015 foram as exportações (6,1%). Uma análise mais desagregada do crescimento do volume das exportações divulgadas pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), no entanto, demonstra que esse crescimento foi puxado pelas exportações de produtos básicos, as quais cresceram 13,8%, seguidas pelas dos semi-manufaturados (8,5%). Já os produtos manufaturados apresentaram um crescimento de apenas 2,3%.

A crise pela qual vem passando a economia brasileira parece ser determinada por um grupo de fatores que vão do baixo crescimento da economia mundial desde 2008, que afetou diretamente as exportações do País e os investimentos das empresas estrangeiras, até a crise política, que acabou comprometendo os investimentos da Petrobrás e de grandes empreiteiras. Por outro lado, a crise acabou sendo aprofundada pela estratégia de política de ajuste fiscal promovida pelo Governo Federal. Por fim, o desempenho descrito acima parece refletir o tipo de inserção que a economia brasileira tem encontrado na economia mundial, desde meados da década de 90, como produtora de *commodities* de natureza tanto agropecuária como extrativa mineral. Paralelamente, a IT, bem mais diversificada e com importantes efeitos de encadeamento em toda a economia, sofre os efeitos dos baixos investimentos, das taxas de juros elevadas e de um câmbio apreciado.

O desempenho da economia brasileira nos últimos anos sinaliza algumas medidas de política econômica de curto prazo. Em primeiro lugar, a manutenção da busca de superávits primários através de redução dos gastos governamentais continuará sendo um importante entrave para a retomada do crescimento. Em segundo lugar, elevar a taxa de juros, na conjuntura atual, seria ineficaz e injustificável para o combate inflacionário. Como demonstram os dados do PIB em 2015, todos os componentes domésticos da demanda agregada apresentaram queda significativa, e, ainda assim, a inflação oficial ficou em 10,7%. Por outro lado, a valorização do real traria como consequência uma redução da competitividade das exportações do País, único componente que contribuiu positivamente para o crescimento em 2015. Além disso, o uso do câmbio apreciado continuaria a impactar negativamente a IT, comprometendo, inclusive, as condições de crescimento futuro da economia brasileira.

**André Luis Contri | contri@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE**

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.03.16).

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1517-7262

**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Thomas Hyeono Kang e Vanclei Zanin

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

Revisão e editoração: Elen Azambuja e Mateus da Rosa Pereira

**Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee Site: www.fee.rs.gov.br